



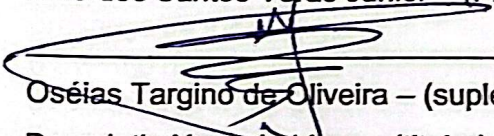
CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
LEI MUNICIPAL Nº 756, DE 26 DE SETEMBRO DE 2021
LEI MUNICIPAL Nº 816, DE 16 DE MAIO DE 2022
DECRETO Nº 044/2025 – 20 DE OUTUBRO DE 2025

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA - DEZEMBRO/2025

Aos 02 (dois) dias do mês de dezembro de 2025, terça-feira, às 09:00 (nove) horas, na sala de reunião da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Controle Urbano – SEMAM, localizada à Rua: Manoel de Souza, nº 547 – Bairro: Parque Genezaré – CEP: 61.881-263, cidade de Itaitinga, estado do Ceará, a reunião ordinária do CMDS, tendo a convocatória sido encaminhada aos conselheiros em 26 (vinte e seis) de novembro do corrente ano, para atender a seguinte ordem do dia: **PRESTAÇÃO DE CONTAS – 5º BIMESTRE - EXERCÍCIO 2025 - FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE; PROJETO ENTRE O SERROTE E O RIO – INSTITUTO CASA AZUL**, e entre outros assuntos afins.

CONSELHEIROS PRESENTES:

Ariolo dos Santos Veras Júnior – (Presidente Nato) – SEMAM

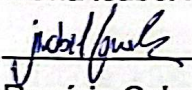

Oséias Targino de Oliveira – (suplente) – GP

Deusdeth Alves de Lima – (titular) – SME

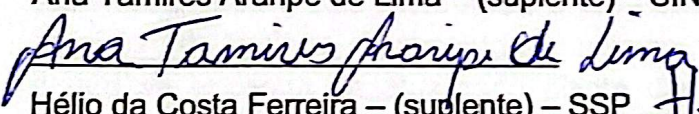
Wladir Rodrigues da Silva – (suplente) – AEMI

José Luciano Bento – (titular) – Instituto ACAUÃ

Maria Isabel Montenegro Cavalcante – (suplente) – SEINFRA;


Rogério Cabral de Lima – (suplente) – SEAGPE

Ana Tamires Araripe de Lima – (suplente) – SINDIBRITA;


Hélio da Costa Ferreira – (suplente) – SSP

CONSELHEIROS AUSENTES:

Amanda Castro de Menezes – (titular) – PGM;

Francisco Leandro Viana – (suplente) – PGM;

Ricardo de Lima Monteiro – (titular) – SEAGPE;

José Bonfim Sousa de Melo – (titular) – SSP;

Pedro Júnior Nunes da Silva – (titular) – SEFIN;

Valdiso Caetano Mendonça (suplente) – SEFIN

Wátyla Moreira da Silva – (titular) – SINDIBRITA;

Jeymson Xavier da Silva – (Titular) – Instituto Ita Ambiental;

Elpídio Mateus dos Santos Neto – (suplente) – Instituto Ita Ambiental;

Vaniele Pereira Costa – (suplente) – Instituto ACAUÃ;

Antônio Veranilson Matias da Silva – (titular) – STRAAF;
José Rodrigues Gomes – (suplente) – STRAAF;
José Vinícius Gomes da Silva – (titular) – Reciclando Vidas;
Francisca Cristina de Souza Silva – (suplente) – Reciclando Vidas;
João Igor Gomes Tavares – (titular) – AECIT;
Renária Vieira do Nascimento – (suplente) – AECIT; e
Carlos Junior Braga Lima – (suplente) – Gabinete do Prefeito.

CONSELHEIROS QUE JUSTIFICARAM A AUSÊNCIA:

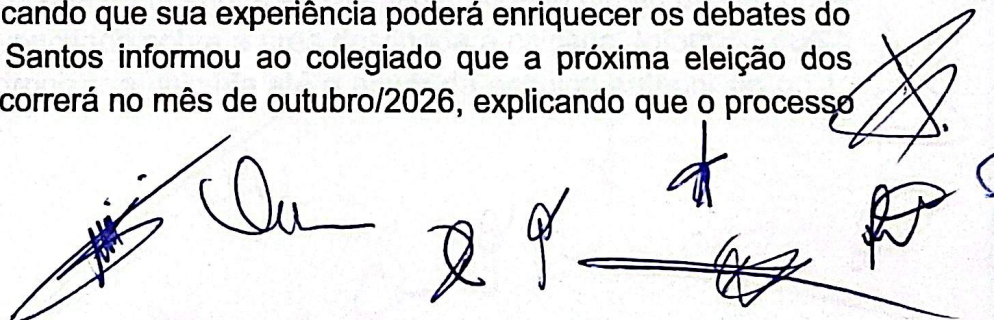
José Ribamar Alves Lima – (titular) – AEMI – Compromisso pessoal;
Simone Monteiro da Silva Tavares – (suplente) – SME – Está viajando; e
Klézio Silva Monte (titular) – SEINFRA – Compromisso do trabalho.

VISITANTES QUE PARTICIPARAM DA REUNIÃO:

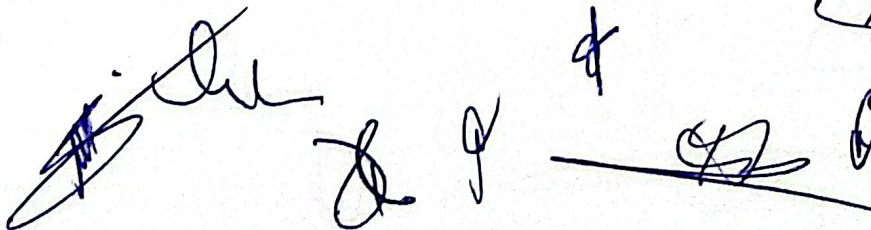
Sabina Leila Barros dos Santos – Secretária Executiva do CMDS;
Lucas Cavalcante Ferreira Silva – Apoio Técnico da COCEM;
Hedilberto Araújo Maia – CASP Contabilidade;
Francisco Márcio Cavalcante Pinheiro -
José Fabrício Sousa Silveira - SEINFRA
Guilherme Maciel Sousa - SEINFRA

PROCEDIMENTOS:

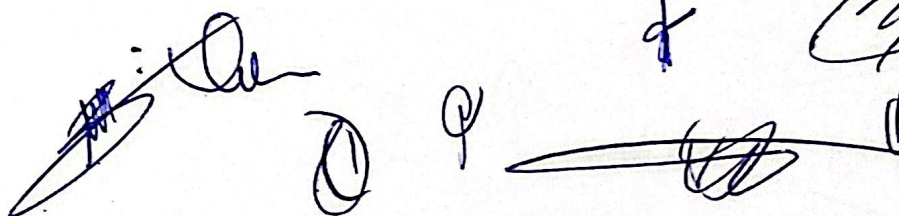
O presidente Arilo dos Santos Veras Junior cumprimentou ao colegiado, agradeceu a presença de todos os participantes e destacou a importância do trabalho conjunto para o avanço das ações de desenvolvimento sustentável no município. Arilo Veras Júnior explicou que as reuniões do CMDS são realizadas apenas quando há fato relevante ou demanda concreta que justifique a convocação, evitando encontros sucessivos sem propósito definido. Em seguida, ressaltou a necessidade de ampliar o escopo das discussões do Conselho, incluindo também as pautas relacionadas ao Controle Urbano, considerando que essa área integra diretamente as atribuições da Secretaria de Meio Ambiente e Controle Urbano. Observou que, embora o foco do CMDS tradicionalmente recaia sobre temas ambientais, o desenvolvimento sustentável envolve igualmente a organização urbana, razão pela qual é importante que o Conselho participe das discussões. O Presidente informou ainda que, no ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), terá início o processo de atualização do Plano Diretor do Município de Itaitinga, documento originalmente elaborado em 2002 (dois mil e dois) e que se encontra desatualizado diante das transformações urbanas, sociais e populacionais ocorridas ao longo dos últimos 20 (vinte) anos. Reforçou que o Plano Diretor deve refletir a realidade do município em cada período histórico, sendo prevista em lei sua revisão periódica o que não ocorreu dentro do prazo ideal. Destacou também que Itaitinga deixou de ser uma região predominada por sítios e casas de veraneio para se tornar um município em franca expansão, o que torna a atualização indispensável. Durante a fala, registrou e agradeceu a presença do ambientalista Karlos Kardoço, convidado como ouvinte, enfatizando a reconhecida atuação na área ambiental e social, destacando que sua experiência poderá enriquecer os debates do Conselho. Sabina Leila Santos informou ao colegiado que a próxima eleição dos membros do Conselho ocorrerá no mês de outubro/2026, explicando que o processo



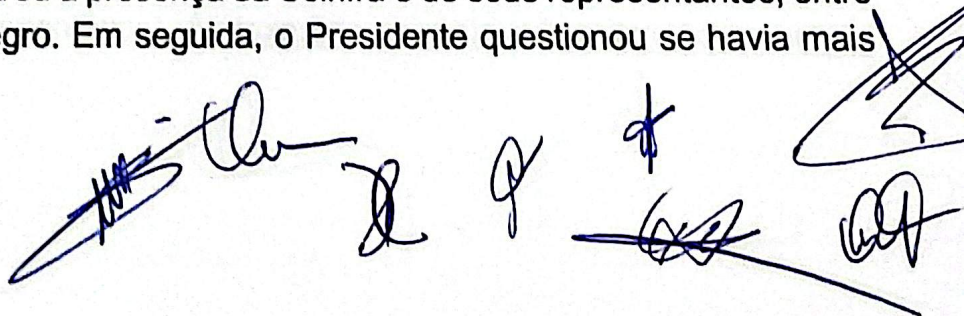
envolve o envio de convites às instituições que mantêm relação direta com as pautas ambientais e demais processos vinculados ao CMDS. Arilo Veras Júnior, complementou dizendo que a participação de convidados não depende exclusivamente de convites individuais e que qualquer instituição relacionada ao tema poderá integrar o processo. Na sequência, destacou que convidados podem participar das reuniões como ouvintes e, eventualmente, manifestarem-se, desde que autorizados por algum conselheiro, seguindo a mesma dinâmica adotada no Conselho Estadual do Meio Ambiente. Ressaltou que, apesar de as votações serem exclusivas aos conselheiros, é possível conceder a palavra a um participante externo, desde que sua contribuição esteja relacionada às pautas ambientais. Prosseguiu apresentando reflexões que pretende levar ao Prefeito, destacando a necessidade de incluir no Conselho as pautas referentes ao Controle Urbano, por serem tão relevantes quanto as ambientais, sobretudo diante da futura atualização do Plano Diretor. Explicou que o novo Plano Diretor poderá impactar diretamente na vida da população, trazendo definições sobre altura de edificações, recuos, arborização urbana e outros parâmetros que interferem no ordenamento do município. O presidente também chamou atenção para a necessidade de regulamentar aspectos ligados aos processos de licenciamento. Explicou que o Conselho pode deliberar sobre o checklist exigido para a entrada de processos ambientais, mas não possui competência normativa sobre pedidos de alvará e habite-se, embora tais documentos sejam igualmente importantes. Apontou que essa lacuna no regimento fragiliza a atuação do Conselho e gera interpretações incorretas pela população, que ora percebe rigor excessivo, ora percebe permissividade, devido à ausência de normas claras. Destacou ainda questões fundiárias e urbanísticas que afetam o município, lembrando que Itaitinga, por ser relativamente novo, possui muitos terrenos adquiridos informalmente, dentro da cultura do 'fio do bigode', o que causa dificuldades na regularização documental. Observou que tais situações geram insatisfação, tanto quando a Prefeitura recusa documentos sem respaldo formal, tanto quando aceita, o que pode trazer futuros problemas jurídicos. Também foram mencionadas as pautas relativas ao bem-estar animal, cada vez mais integradas à política ambiental. Arilo Veras Júnior informou que o município recebeu o equipamento do "Vet-Móvel", que ficará instalado por períodos determinados em diferentes bairros, oferecendo cadastro, consultas veterinárias e, quando necessário, encaminhamento para castração, tudo de forma gratuita para a população. Destacou que essa ação ainda precisa ser formalmente apresentada ao Conselho, após reunião com o Prefeito, uma vez que, embora tenha sido discutida com diversas secretarias, sua natureza é, essencialmente ambiental. Arilo Veras Júnior fez registros protocolares de chegada de participantes, mantendo o andamento da reunião e reforçando a importância de alinhar todas essas ações às pautas prioritárias do Conselho. Expôs ainda a situação da entrada principal do município de Itaitinga, observando que, apesar da existência da entrada nova construída pela gestão anterior, a maior parte dos veículos ainda utiliza a entrada tradicional. Apontou a necessidade de intervenções no trecho, especialmente no lado direito da via, onde há antigas edificações avançando sobre a área destinada à calçada. Informou que a proposta é ampliar e padronizar a calçada até a altura da esquina anterior ao posto

The block contains several handwritten signatures and initials in blue ink. On the left, there is a large, stylized signature. To its right are several smaller initials and signatures, including one that appears to be 'd' and another that looks like 'J'. There are also some horizontal lines and other markings.

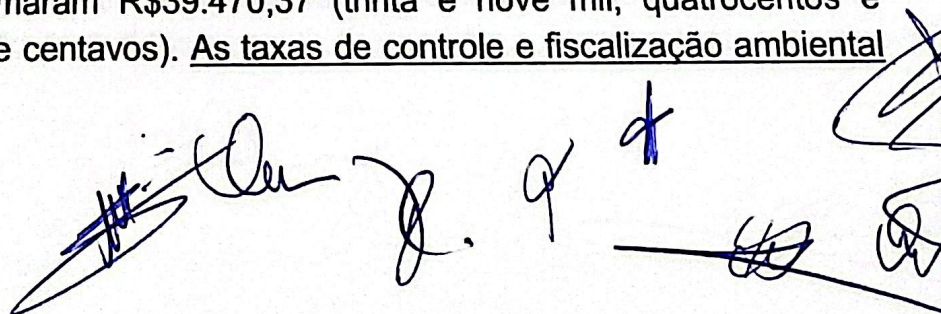
de gasolina, garantindo melhor mobilidade e organização urbana. Também foi mencionado que parte desse trecho corresponde a um terreno pertencente ao Sr. Raimundo Tavares, atualmente em processo de loteamento. Segundo Arilo Veras Júnior, a área deverá contemplar lotes residenciais na parte interna e lotes comerciais voltados para a avenida, os quais, conforme legislação, demandam recuo ampliado, fator que pode favorecer a execução do alargamento da calçada e a melhoria do acesso viário. O presidente deu continuidade aos informes, explicando que o projeto de intervenção urbana na entrada principal também leva em conta os recuos obrigatórios previstos na legislação. Registrou que já participou de 2 (duas) reuniões com Sebastião e seu irmão, o Geraldo ("GG"), onde foi sinalizada a disposição da família em ajustar o recuo dos imóveis em até 3 (três) metros, acompanhando o padrão da via. Arilo Veras Júnior mencionou ainda que as edificações como o prédio do Raio e o antigo prédio da Prefeitura já possuem recuos adequados, facilitando a futura padronização do passeio. Explicou que algumas estruturas simples ao longo da via também podem ser removidas sem maiores dificuldades, mas reconheceu que, no trecho que se estende do posto de gasolina para trás, há casas consolidadas que exigem planejamento gradual. Ressaltou que a administração pública funciona como um revezamento, no qual cada gestão avança até onde é possível, dando continuidade a processos que serão concluídos por gestões futuras. Na sequência, abriu espaço para as comunicações gerais dos conselheiros, informando que, conforme o andamento da reunião, concederia a palavra a todos que desejassem apresentar informes, esclarecimentos ou contribuições pertinentes aos trabalhos do CMDS. De imediato, atendeu ao pedido de manifestação do conselheiro José Luciano Bento, a quem a palavra foi concedida. O presidente reiterou publicamente a consideração que nutre pelo conselheiro, ressaltando sua seriedade, compromisso e longa atuação na área cultural do município, pontuando a relevância dessa dedicação para o fortalecimento das iniciativas comunitárias. O conselheiro Luciano Bento iniciou seus informes saudando o colegiado, parabenizando a condução dos trabalhos e apresentando as ações mais recentes desenvolvidas pelo Grupo de Teatro Acauã, entidade que tem 35 (trinta e cinco) anos de atuação contínua no município e reconhecida por sua relevante contribuição à promoção cultural de Itaitinga. Informou que representou o Instituto na 2ª (segunda) Feira Estadual dos Pontos de Cultura, realizada no Cariri, ocasião em que foi escolhido como delegado oficial da Região Metropolitana de Fortaleza para a 5ª (quinta) Feira Nacional da Cultura Viva, a ser realizada em Aracruz, Espírito Santo. Ressaltou que esse reconhecimento reforça a forma da produção cultural itaitinguense, inserindo o município em um circuito nacional que reúne cerca de 3(três) mil pontos de cultura. O conselheiro comunicou, ainda, que o Ponto de Cultura Acauã está concluindo o mapeamento geral das atividades realizadas ao longo do ano, atendendo às exigências do sistema Cultura Viva, e destacou que esse avanço fortalece a identidade cultural do município, ampliando a participação em programas, projetos e editais estaduais e federais. Na continuidade, apresentou oficialmente ao colegiado o Programa do Auto de Natal 2025 (dois mil e vinte e cinco), tradicional ação anual do Instituto. Informou que, após definição interna, o evento ocorrerá entre os dias 15 (quinze) e 20 (vinte) de dezembro,



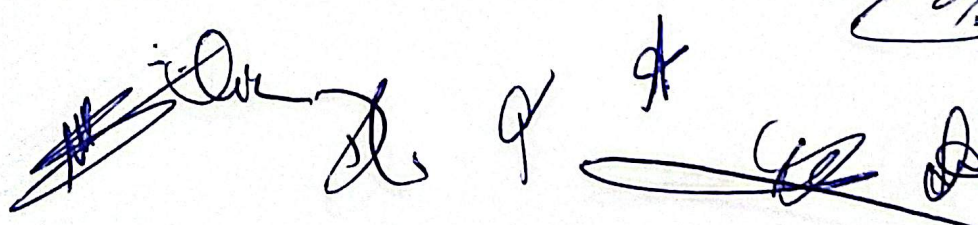
contemplando 4 (quatro) bairros do município (Ponta da Serra, Boa Esperança, Vila Nova e Carapió). Explicou que inicialmente 5 (cinco) localidades comporiam o roteiro, porém, devido à realização simultânea de uma ação de grande porte da Secretaria de Cultura na Matriz, foi necessário ajustar o percurso, contemplar novos bairros recentemente incluídos na rota cultural, preservando, contudo, a tradicional participação do Carapió. Entre os locais que serão atendidos, destacou o bairro da Boa Esperança, que receberá pela primeira vez o Auto de Natal, especialmente em razão da entrega recente de uma nova praça, o que permite maior participação comunitária e melhor estrutura para o espetáculo. Em seguida, reforçou o compromisso do Instituto Acauã com a democratização das ações culturais no município, agradecendo ao Conselho o espaço concedido e destacando a importância do diálogo permanente entre sociedade civil e poder público. Também informou que a Prefeitura Municipal tem garantido, nos últimos 2 (dois) anos, a estrutura essencial para as apresentações, incluindo som e iluminação, e que o Instituto está em tratativas para a viabilização do transporte do elenco e dos equipamentos. Acrescentou que o grupo Expressões Humanas, dirigido pela arte-educadora Herê Aquino, está em fase de montagem do novo espetáculo "Vozes que Ecoam", com estreia prevista para março de 2026, integrando a programação da Festa Municipal. Ressaltou também que o novo espetáculo busca resgatar personagens importantes da história local que não figuram nos registros oficiais, como o próprio Acauã, figura simbólica que representa elementos marcantes da memória social e cultural de Itatinga. Informou que o espetáculo se encontra em fase final de ensaios e integrará a agenda cultural municipal no início de 2026. Apresentou ainda aos conselheiros materiais contendo reconstituições históricas e referências que subsidiam a construção do espetáculo. Prosseguindo, comunicou que o Instituto pretende apresentar, na próxima reunião do Conselho, o projeto arquitetônico da futura sede cultural, a ser instalada no Parque Genezaré, no cruzamento das ruas Cícero Ramos e Joaquim Pereira da Silveira. Esclareceu que o terreno já se encontra disponível há anos e que a instituição prevê o início das obras no ano de 2026. O representante aproveitou para divulgar o programa "Sua Nota Tem Valor", incentivando conselheiros e demais presentes a realizar cadastro e indicar o Instituto Acauã como entidade beneficiada. Explicou que cada compra registrada gera bilhetes para o cidadão e repasse financeiro para o Instituto, relatando inclusive que, recentemente, uma participante foi contemplada com R\$5.000 (cinco mil reais), valor igualmente destinado à entidade. Reforçou que o trabalho desenvolvido pelo Instituto é voluntário, sem fins lucrativos, e depende do apoio comunitário, especialmente nas ações de fim de ano, em que qualquer contribuição auxilia na oferta de lanche e suporte aos integrantes envolvidos. Luciano Bento informou que está sendo gravado no município, especificamente na localidade do Riachão, o filme A Casa Sem Fim, destacando que alguns figurantes presentes no encontro participam das gravações. Ainda assim, conforme a liturgia dos trabalhos, manteve o espaço aberto para informes, facultando a palavra aos conselheiros interessados. Após os informes, o Presidente agradeceu a participação do conselheiro José Luciano Bento e registrou a presença da Seinfra e de seus representantes, entre eles a Dra. Isabel Montenegro. Em seguida, o Presidente questionou se havia mais



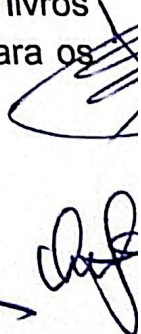
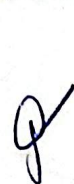
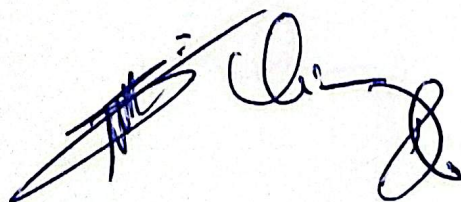
colocações por parte dos presentes o, não havendo outras manifestações, anunciou o início da ordem do dia, referente às matérias que necessitavam de deliberação. Na sequência, a palavra foi concedida à Dra. Danielle Falcão, secretária adjunta, esclareceu que vem acompanhando de forma direta as questões relacionadas às despesas, ao controle administrativo e ao gerenciamento financeiro dos recursos vinculados ao meio ambiente, explicou a estrutura da apresentação referente à prestação de contas. Informou que Hedilberto Araújo Maia, representante da CASPE-Contabilidade seria o responsável por apresentar a parte contábil, incluindo receitas e despesas. O técnico da CASPE apresentou-se aos conselheiros informando que, no momento, atua como coordenador da contabilidade, função anteriormente desempenhada por Thiago Siqueira Rodrigues. Ressaltou que é conhecido por todos como "Beto", e solicitou que seu nome completo constasse adequadamente na ata. Em seguida, deu início à apresentação da **prestação de contas** do Fundo Municipal de Meio Ambiente, referente às **receitas e despesas** realizadas até o **5º (quinto) bimestre - exercício 2025**. Hedilberto explicou que em 2025, ainda não haviam sido realizadas prestações anteriores, motivo pelo qual o relatório contempla o período acumulado até outubro. Destacou também que, conforme previsto na legislação municipal na Lei nº 606/2018, a demonstração contábil visa garantir a transparência dos montantes e das fontes de recursos aplicados no Fundo Municipal de Meio Ambiente de Itaitinga. Hedilberto Araújo apresentou o consolidado das receitas até o 5º (quinto) bimestre de 2025, informando que o saldo total naquele período era de R\$1.785.991,63 (um milhão, setecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e um reais, e sessenta e três centavos), composto por receitas correntes do exercício e pelo saldo remanescente de 2024. Detalhou que as receitas correntes acumuladas somaram R\$1.618.025,11 (um milhão, seiscentos e dezoito mil, vinte e cinco reais e onze centavos), enquanto o saldo proveniente do exercício anterior correspondia a R\$167.966,52 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e sessenta e seis reais, e cinquenta e dois centavos). Concluiu destacando a regularidade do fluxo contábil e a importância do acompanhamento periódico para assegurar o uso adequado dos recursos do Fundo. O presidente destacou a importância de ressaltar que, ao longo da atual gestão, mesmo diante de um conjunto significativo de investimentos em infraestrutura, como recuperação e construção de praças, logradouros e demais espaços públicos, muitos deles apreciados e aprovados no próprio Conselho, o Fundo Municipal de Meio Ambiente vem mantendo saldo positivo de forma constante. Ressaltou que os conselheiros, inclusive, já realizaram visita técnica a algumas dessas obras, evidenciando o acompanhamento próximo das ações executadas. O presidente enfatizou que, apesar do volume de obras e aplicações, o Fundo não trabalha com déficits, preservando sempre a responsabilidade administrativa e financeira. Afirmando que o município vem conseguindo manter equilíbrio financeiro, o que, em sua avaliação, demonstra responsabilidade e boa gestão dos recursos públicos. Na sequência, Hedilberto Araújo, detalhou os valores correspondentes às receitas e seus componentes até o mês de outubro. Informou que os rendimentos de aplicações financeiras somaram R\$39.470,37 (trinta e nove mil, quatrocentos e setenta reais e trinta e sete centavos). As taxas de controle e fiscalização ambiental



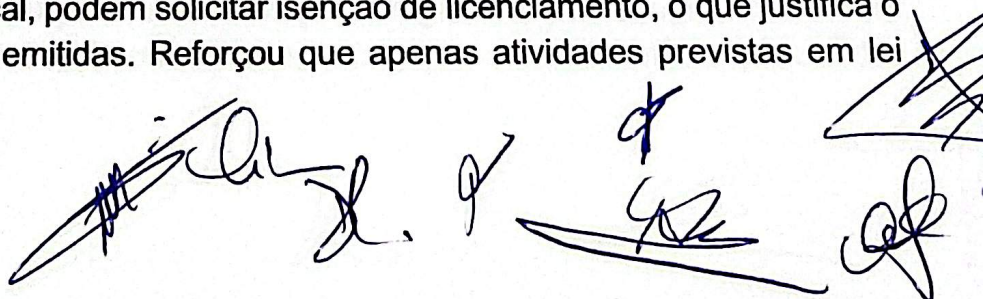
totalizaram R\$1.421.005,10 (um milhão, quatrocentos e vinte e um mil, cinco reais e dez centavos). As multas administrativas por danos ambientais alcançaram R\$157.549,64 (cento e cinquenta e sete mil, quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e quatro centavos). A soma das receitas correntes atingiu R\$1.618.025,11 (um milhão, seiscentos e dezoito mil, vinte e cinco reais e onze centavos). Já o saldo financeiro proveniente de 2024, no valor foi de R\$167.966,52 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e sessenta e seis reais, e cinquenta e dois centavos), compôs o montante acumulado até outubro, totalizando R\$1.785.991,63 (um milhão, setecentos e oitenta e cinco mil, novecentos e noventa e um reais e sessenta e três centavos). Passando às despesas, explicou que o total executado até outubro foi de R\$948.279,27 (novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e nove reais e vinte, e sete centavos). As despesas correntes formadas exclusivamente pelas tarifas bancárias da movimentação financeira e pelas tarifas referentes à arrecadação processada pelo setor tributário somaram R\$3.724,60 (três mil, setecentos e vinte e quatro reais, e sessenta centavos). As despesas extraorçamentárias, que seriam detalhadas posteriormente, totalizaram R\$74.945,43 (setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais, e quarenta e três centavos). As despesas de capital, referentes às obras executadas com recursos do Fundo, totalizaram R\$879.609,34 (oitocentos e setenta e nove mil, seiscentos e nove reais, e trinta e quatro centavos). Por fim, apresentou o detalhamento das despesas dos pagamentos referentes às tarifas da Caixa Econômica Federal, que somaram R\$3.724,60 (três mil, setecentos e vinte e quatro reais e sessenta centavos), e o repasse à Construtora M5 CONSTRUTORA E SERVIÇOS, responsável por uma das obras financiadas pelo Fundo, no valor de R\$638.569,00 (seiscentos e trinta e oito mil, quinhentos e sessenta e nove Reais). Danielle Falcão informou que a Construtora M5 é a responsável pela obra do entorno do Parque Dom Pedro. Na sequência, Hedilberto Maia registrou que o pagamento destinado à empresa JP SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA corresponde ao valor de R\$59.129,84 (cinquenta e nove mil, cento e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos). Em complemento, Danielle Falcão esclareceu que a empresa JP Serviços é responsável pela obra da Curva do S, enquanto a empresa MK executa os serviços da Praça do Parque Genezaré. Prosseguindo, Hedilberto Araújo informou que o repasse para a empresa MK SERVIÇOS EM CONSTRUÇÃO E TRANSPORTE totalizou o valor de R\$171.909,84 (cento e setenta e um mil, novecentos e nove reais e oitenta e quatro centavos). Explicou também que as despesas classificadas como extraorçamentárias, somam R\$74.945,43 (setenta e quatro mil, novecentos e quarenta e cinco reais, e quarenta e três centavos). Retomando os dados financeiros, Hedilberto Maia detalhou os valores dos tributos retidos das empresas correspondente aos valores do Instituto Nacional do Seguro Social-INSS – R\$47.729,19 (quarenta e sete mil, setecentos e vinte e nove reais, e dezenove centavos), Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza-ISS – R\$22.514,45 (vinte e dois mil, quinhentos e catorze reais, e quarenta e cinco centavos) e Imposto de Renda-IR – R\$4.701,79 (quatro mil, setecentos e um reais, e setenta e nove centavos) retidos diretamente das empresas contratadas. Ressaltou que esses valores estão incluídos no valor bruto pago às empresas, mas são deduzidos e recolhidos aos órgãos competentes, motivo



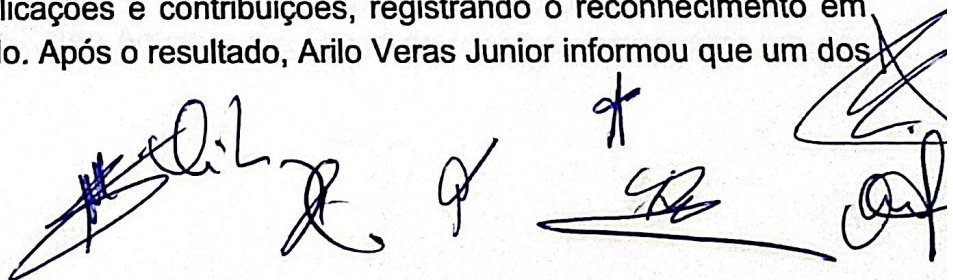
pelo qual recebem essa classificação. Arilo Veras Junior solicitou uma previsão aproximada de conclusão da obra do entorno do Parque Dom Pedro, reforçando a importância de registrar uma estimativa, mesmo que sujeita a variações. Danielle Falcão respondeu que a previsão repassada pela empresa aponta conclusão até o final do ano ou, no máximo, início de janeiro, destacando que a obra se encontra bastante avançada. Sobre o Parque Genezaré informou que o contrato com a empresa responsável foi encerrado por falta de condições técnicas de continuidade e que os serviços restantes estão sendo executados pela equipe da SEINFRA, sem necessidade de novos desembolsos. Confirmou também que a obra da Curva do S, executada pela JP Serviços, já está totalmente concluída, aparecendo ainda nos registros apenas por se tratar de movimentações referentes ao exercício de 2025. Informou que o total geral de despesas alcançou R\$948.279,37 (novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e nove reais, e trinta e sete centavos). Em seguida, apresentou o saldo inicial do Fundo Municipal de 2024 no valor de R\$167.966,52 (cento e sessenta e sete mil, novecentos e sessenta e seis reais, e cinquenta e dois centavos), as receitas acumuladas em 2025 corresponde a R\$1.618.025,11 (um milhão, seiscentos e dezoito mil, vinte e cinco reais, e onze centavos), e as despesas no valor de R\$948.279,37 (novecentos e quarenta e oito mil, duzentos e setenta e nove reais, e trinta e sete centavos) e o repasse do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação-ICMS no valor de R\$44.325,63 (quarenta e quatro mil, trezentos e vinte e cinco reais, e sessenta e três centavos). Assim, o saldo bancário do Fundo Municipal do Meio Ambiente, no fechamento de outubro foi de R\$882.037,89 (oitocentos e oitenta e dois mil, trinta e sete reais, e oitenta e nove centavos). Continuando, Arilo Veras Junior reforçou que todos os esclarecimentos apresentados ampliam a transparência sobre o uso dos recursos públicos. Destacou a importância do ICMS Ecológico, explicando que Itaitinga recebe cerca de R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais), valor que representa um percentual variável do ICMS, imposto que depende da movimentação econômica do Estado. Explicou que quanto mais o Estado arrecada, maior é o repasse para os municípios, pois não existe um valor fixo mensal. Destacou que cerca de 175 (cento e setenta e cinco) dos 184 (cento e oitenta e quatro) municípios cearenses fazem parte do consórcio de resíduos sólidos. No caso de Itaitinga, o consórcio envolve Horizonte, Pacajus, Ocara, Guaiúba e Maranguape. Segundo ele, do valor recebido pelo Estado, o município repassa cerca de R\$30.000,00 (trinta mil reais), valor mínimo previsto pelo percentual adotado. Arilo Veras Junior explicou que esses recursos passam pelo município, mas são transferidos ao consórcio como previsto em estatuto, não são valores que deixaram de ser aplicados localmente, pois a destinação já é regulamentada. O consórcio, então, fica responsável por desenvolver soluções na área de resíduos sólidos. Em Itaitinga, o consórcio construiu um equipamento que ainda não foi oficialmente recebido, pois precisa ser atestado tecnicamente pela SEINFRA, provavelmente pelo engenheiro Klézio Silva Monte. Além disso, o consórcio realizou ações de educação ambiental, confeccionando e distribuindo livros e revistas para a Secretaria Municipal de Educação-SME, e forneceu EPIs para os



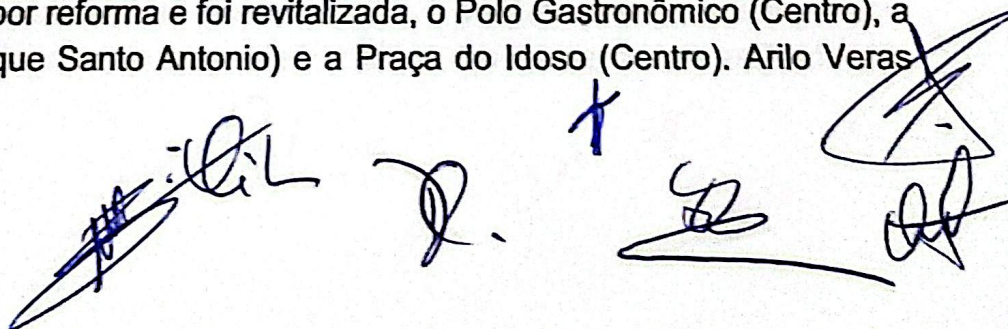
catadores, como botas, luvas e capacetes, reforçando a importância dessas medidas para quem trabalha no lixo diariamente. Hedilberto Araújo complementou explicando que, em contrapartida, o município repassa ao consórcio o correspondente a R\$35.000,00 (trinta e cinco mil reais) por mês, valor que o consórcio deve utilizar em obras ou equipamentos que ajudem na gestão de resíduos. Informou que o consórcio já construiu estruturas em praticamente todos os municípios integrantes, faltando apenas um por problemas com o terreno. Disse ainda que está sendo implantada a Central Municipal de Resíduos Solares-CMLS, que funcionará de forma independente com energia solar e poço profundo, e que as obras já começaram em alguns municípios. Afirmou que verificará quais já foram concluídas, pois não tinha informação atualizada sobre Itaitinga. Danielle Falcão lembrou que havia a promessa de uma reforma estrutural no equipamento local. Hedilberto Maia respondeu que realmente a reforma seria necessária porque, apesar da obra ter sido construída, não tinha sido viabilizada para receber os profissionais que fariam a adaptação, e o tempo naturalmente causou desgaste por sol, chuva e uso. Reforçou que essa reforma ainda não foi realizada em Itaitinga e que cobraria explicações ao consórcio. Em seguida, Arilo Veras Junior apresentou Francisco Márcio Cavalcante Pinheiro, diretor de licenciamento ambiental e fiscalização, esclarecendo que a área de fiscalização abrange questões ambientais, mas não envolve temas relacionados ao comportamento humano. Com a palavra Danielle Falcão informou que seriam apresentados os pagamentos realizados por meio das medições ao longo do ano, com detalhamento das obras concluídas e das que permaneciam em andamento. Onde o Coordenador de Meio Ambiente, Francisco Márcio Cavalcante Pinheiro, apresentará os dados relativos à arrecadação do Fundo Municipal, ressaltando que os valores são provenientes do trabalho de emissão de licenças, autos de infração, fiscalizações e demais ações do setor. Márcio Pinheiro iniciou a fala explicando de onde vem a arrecadação do município nessa área. Ressaltando que até novembro, foram registradas 190 (cento e noventa) notificações, 122 (cento e vinte e dois) autos de infração, 2 (duas) consultas prévias, 33 (trinta e três) anuências/licenças minerais e 279 (duzentos e setenta e nove) declarações de isenção. Informou que essas declarações de isenção são emitidas digitalmente, através do portal, e enviadas em PDF aos solicitantes, sem necessidade de atendimento presencial ou mensagens por WhatsApp. Arilo Veras Junior aproveitou para explicar que os municípios, no geral, dependem com raríssimas exceções, muito mais de repasses estaduais e federais, do que de suas próprias receitas. Esses repasses são definidos por índices, e um deles consiste justamente na quantidade de empresas instaladas no município. Relatou que conversou com o secretário de Finanças, Pedro Junior Nunes da Silva, sobre a importância de formalizar empresas localizadas em Itaitinga, pois isso aumenta os índices e melhora os valores recebidos. Comentou sobre o exemplo de construtoras que constroem dezenas de casas no município, mas têm sede em Fortaleza, uma situação que poderia ser ajustada para fortalecer a arrecadação municipal. Arilo Veras Junior, explicou que os escritórios instalados no município, mas sem atividade prática local, podem solicitar isenção de licenciamento, o que justifica o volume de declarações emitidas. Reforçou que apenas atividades previstas em lei



podem ser cobradas, o que as isenções observadas decorrem de normas administrativas. Em seguida, Márcio Pinheiro apresentou os dados até novembro de 2025. Informou que a arrecadação do setor totalizou cerca de R\$1.712.938,56 (um milhão, setecentos e doze mil, novecentos e trinta e oito reais, e cinquenta e seis centavos), referente ao período de janeiro a novembro, com média mensal aproximada no valor de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Destacou também que 406 (quatrocentas e seis) licenças e autorizações geraram no valor de R\$1.622.529,26 (um milhão, seiscentos e vinte e dois mil, quinhentos e vinte e nove reais, e vinte e seis centavos). Já as 62 (sessenta e duas) multas pagas somaram em torno de R\$81.409,10 (oitenta e um mil, quatrocentos e nove reais, e dez centavos). Arilo Veras Junior complementou explicando que essa arrecadação corresponde ao departamento de Meio Ambiente, enquanto outras receitas, como as do Controle Urbano, seguem diretamente para o Tesouro Municipal. Márcio Pinheiro pontuou que as variações nos valores arrecadados dependem do tipo de atividade exercida, porte da empresa e dano ambiental causado. Ressaltou que setembro foi o mês com maior arrecadação, mesmo com apenas uma fiscal responsável por toda a fiscalização. Em seguida Danielle Falcão apresentou o fechamento da prestação de contas das obras, informando que a urbanização da CE-350 (trezentos e cinquenta), conhecida como "curva do S", o valor de R\$ 63.444,04, e já foi paga e concluída. Relatou também que a reforma da Praça do Bairro Gereraú teve pagamentos que somam R\$145.739,52 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e nove reais, e cinquenta e dois centavos), e explicou que, após a rescisão do contrato, o saldo da obra passou a ser executado pela SEINFRA. Sobre a praça no entorno do Posto de Saúde do bairro do Parque Dom Pedro, que segue em andamento, destacou que já foram pagos R\$687.799,52 (seiscentos e oitenta e sete mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e dois centavos), restando um saldo aproximado de R\$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais), com previsão de conclusão até dezembro. Tendo sido pago o valor de R\$ 896.983,08. Danielle Falcão também descreveu o andamento físico da obra, informando que o piso está praticamente finalizado e que as etapas restantes são de acabamento. Ao concluir, Arilo Veras Junior abriu a última parte da reunião informando que, antes de passar a palavra para a SEINFRA, era necessário colocar em votação a prestação de contas apresentada. Reforçou que não se tratava apenas de mostrar números, mas sim de obter a manifestação do Conselho, lembrou que a apresentação contou com o apoio do Hedilberto Maia, da CASPE, órgão responsável pelo gerenciamento contábil e financeiro da Prefeitura e com a exposição de Márcio Pinheiro, responsável pelo departamento de M&M, além das complementações feitas pela Danielle Falcão. Em seguida, abriu espaço para que os conselheiros tirassem dúvidas, mas como ninguém se manifestou, colocou a prestação de contas em votação. **Não havendo votos contrários, o Colegiado aprovou o demonstrativo da prestação de Contas referente ao 5º semestre – exercício 2025 analisado.** Nesse momento, Márcio Pinheiro pediu licença devido precisar se retirar para outra reunião na Procuradoria. Arilo Veras Junior agradeceu ao Hedilberto pelas explicações e contribuições, registrando o reconhecimento em nome de todo o colegiado. Após o resultado, Arilo Veras Junior informou que um dos



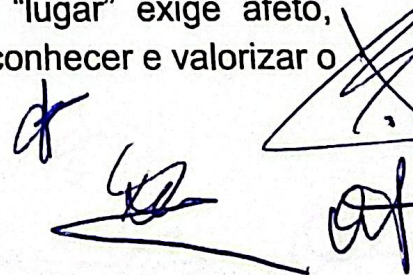
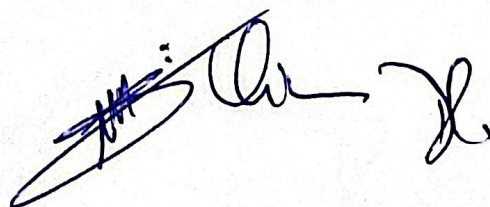
pontos previstos para deliberação seria a apreciação da proposta de financiamento para a construção de uma nova praça na Caracanga, situada em frente à Escola de Ensino Fundamental Manoel Rodrigues de Paiva, destacando a importância do equipamento para o desenvolvimento urbano local. Passou a palavra para a conselheira Maria Isabel Montenegro Cavalcante, responsável pela apresentação do projeto da Praça da Caracanga. Nesse momento, Márcio Pinheiro pediu licença por precisar se retirar para outra reunião na Procuradoria. Arilo Veras Junior agradeceu ao Hedilberto pelas explicações e contribuições, registrando o reconhecimento em nome de todo o Conselho. Em seguida, a conselheira e arquiteta Maria Isabel Montenegro Cavalcante, da SEINFRA, iniciou a apresentação informando que seria breve. Explicou que o projeto em pauta se refere à nova praça do bairro Caracanga, localizada em frente à Escola Manoel Rodrigues de Paiva, na Avenida Deputada Paulina Rocha. Ressaltou que se trata de uma praça pequena e de concepção simples, mas que deve trazer vida ao bairro, que atualmente carece de áreas livres e espaços públicos de convivência. O projeto contempla uma academia ao ar livre, playground infantil, área de estar e convivência, além de uma faixa elevada conectando a escola à praça para garantir mais segurança aos estudantes. Isabel Cavalcante apresentou ainda imagens do projeto, destacando que o terreno possui nível mais baixo e, por isso, foram criados taludes para oferecer mais proteção devido ao fluxo intenso da via. O espaço contará com bicicletário, bancos, iluminação, paisagismo e uma estrutura de sombreamento. Informou também que o orçamento estimado alcançou R\$486.139,98 (quatrocentos e oitenta e seis mil, cento e trinta e nove reais, e noventa e oito centavos), valor calculado para fins de licitação e que, portanto, pode ser reduzido na execução. Após a apresentação, Arilo Veras Junior esclareceu que o projeto será recebido oficialmente para análise, não apenas sob o ponto de vista estrutural, mas também quanto aos aspectos de arborização e demais critérios ambientais. Comentou sobre situações já vivenciadas em inaugurações de praças, onde mudas muito pequenas acabam não cumprindo a função de gerar sombra, exigindo longo tempo de crescimento. Destacou que atualmente já existem no mercado árvores praticamente adultas, o que justificaria eventuais ajustes de orçamento para priorizar espécies mais desenvolvidas e adequadas, desde que o Conselho seja informado dessas diferenças. Explicou ainda que plantas nativas, por terem crescimento mais lento e não serem enxertadas, costumam ter custo maior em comparação a mudas de espécies domesticadas. Reforçou que qualquer variação de valores será devidamente comunicada e fundamentada ao Conselho. Após a apresentação do vídeo que detalhou a proposta de execução da Praça da Caracanga, os conselheiros procederam à votação, aprovando o projeto de forma unânime, sendo registrada apenas uma ressalva referente ao uso de árvores de maior porte. Em seguida, Arilo Veras Junior, fez uso da palavra, destacando que este é mais um equipamento público que a Prefeitura de Itaitinga entrega à população, resultado da parceria entre o Conselho Municipal, a SEMAN e a SEINFRA. Mencionou que diversos equipamentos semelhantes já foram implantados na sede do município, como a Praça da Matriz, que passou por reforma e foi revitalizada, o Polo Gastronômico (Centro), a Praça do Pegado (Parque Santo Antonio) e a Praça do Idoso (Centro). Arilo Veras



Junior acrescentou que já existe outro projeto em andamento, citando a futura Praça do Ancuri, que será a primeira praça do bairro. Ressaltou ainda que a carência de espaços públicos de convivência é uma realidade antiga, usando como exemplo o bairro Parque Genezaré, onde não há sequer uma praça, afirmando que o ideal é que todos os bairros disponham de uma área de lazer e referência para a comunidade. Continuou destacando que todo bairro deveria possuir um espaço coletivo para convivência. Citou que, assim como no bairro Boa Esperança onde também está prevista uma praça fruto da mesma parceria, outros bairros consolidados carecem desse tipo de equipamento. Explicou que, embora alguns locais sejam antigos, como o Ancuri, isso não impede que novos espaços sejam implantados pela administração municipal. Acrescentou que há diversos projetos em andamento, muitos deles em parceria com a iniciativa privada. Como exemplo, mencionou um parque que vem sendo discutido há cerca de 4 (quatro) anos com uma construtora situada na região da Castelo Branco, que detém uma área verde destinada à urbanização. Informou que será realizada uma reunião com o arquiteto da empresa, o arquiteto da SEINFRA e a equipe técnica para definir o projeto, que será executado integralmente pela iniciativa privada, cabendo ao município apenas fiscalizar para garantir que o padrão estabelecido seja seguido. Anílo Veras Junior também lembrou uma visita ao local, onde conversou sobre o tema, nas proximidades da Rua Turmalina. Finalizando, destacou que a gestão pretende entregar, até o fim do mandato, pelo menos meia dúzia de novos espaços públicos de convivência. Isabel Cavalcante, informou que o projeto da praça já está concluído e que o equipamento se encontra em fase de orçamento. Explicou que aguardam o orçamento referente à praça do loteamento Castelo Branco, no Ancuri, bem como a praça do Bosque, também no Ancuri. Acrescentou que haverá ainda a intervenção na praça da Vila Nova, que passará por uma meia reforma e uma melhoria no Barro Duro. Anílo Veras Junior, complementou dizendo que o Barro Duro fica próximo ao Jabuti e mencionou outra área prevista para implantação de equipamento público, localizada ao lado do loteamento Terras Belas, em frente a um conjunto de prédios novos. Disse trata-se de uma nesga de terreno situada acima da via principal, que também será urbanizada por meio de parceria com a construtora vinculada ao Ítalo, que, segundo ele, é filho da terra e frequentemente colabora com obras no município. Destacou que esses novos equipamentos surgem como resultado da obrigação do poder público, mas também como um benefício direto percebido pela população, reforçando o compromisso da gestão com o bem-estar comunitário. A última grande intervenção foi a reformulação da praça Luiz Gonzaga, executada em gestão anterior, mas praças totalmente novas não eram implantadas há mais de uma década, ocorrendo apenas manutenções e pequenos serviços. Afirmou que a gestão atual pretende implementar pelo menos 6 (seis) novos espaços, citando, inclusive, a praça do Carapió, que recebeu melhorias significativas. Passou a palavra para o Sr. Karlos Kardoza que iniciou dizendo que seria breve, explicou que o Instituto Casa Azul, é uma organização de educação ambiental com 12 (doze) anos de atuação no Ancuri, onde desenvolve um projeto de agrofloresta em uma área de 6 (seis) hectares. Relatou que, a partir desse trabalho, o Instituto passou a dialogar com grupos "neo-rurais", pessoas que saem de Fortaleza em busca de um estilo de vida

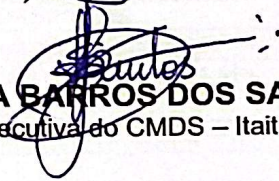


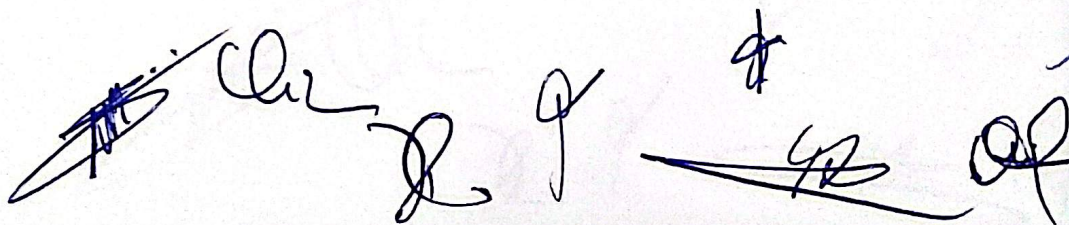
mais tranquilo. Contou que o Instituto surgiu ligado ao antigo Morro do Ouro, território que engloba o Ancuri, Umari e Alto Fechado, formando o Grande Ancuri, e que o nome, que antes causava estranhamento, atualmente representa a luta ambiental daquela região. Karlos Kardozo informou que encaminhava ao Conselho o projeto piloto "Entre o Serrote e o Rio", com duração de 6 (seis) meses, apresentando-o com respeito e intenção de futuramente transformá-lo em política pública municipal. Explicou que o projeto integra arte, cultura, agrofloresta e agroecologia, e demonstrou preocupação com o crescimento acelerado e desordenado do Ancuri, ressaltando problemas como pressão urbana, falta de áreas de convivência e o chamado "emparedamento" de ruas inteiras. Segundo ele, esse avanço urbano rompe práticas tradicionais rurais, diminui a convivência comunitária e fragiliza redes de apoio. Destacou também sua satisfação com melhorias recentes no território, como a renovação da praça do Ancuri e a criação de um bosque. Em seguida, comentou que o Instituto possui forte experiência acumulada ao longo de seus 12 (doze) anos de diálogo com agricultores e com o conhecimento tradicional sobre o ambiente local. Informou que a sede do Instituto funciona como uma escola popular de agroecologia, com o objetivo de democratizar saberes que muitas vezes ficam restritos a grupos com maior acesso à informação. Justificou que o foco nas escolas se deve à capilaridade desses equipamentos, capazes de atingir partes do território que o Instituto não alcançaria sozinho. Detalhou que o projeto inclui formação para professores e para outros profissionais, como merendeiras, que têm papel importante na segurança alimentar. Mencionou que haverá oficinas com crianças e implantação de hortas, jardins e pequenos sistemas agroflorestais, citando espécies nativas de crescimento rápido, como o pau-branco. Explicou que a urgência da apresentação se relaciona à necessidade de alinhar o projeto ao planejamento escolar do início do ano letivo. Apresentou também os profissionais que compõem a equipe, destacando a presença de arte-educadores, como Luísa Torres, especializada em atendimento a pessoas com deficiência, e Dinéia Chin, pós-doutora em infância. Ressaltou a importância do diálogo com crianças e da abordagem intergeracional para reforçar vínculos ambientais. Sobre o orçamento, informou que o valor total é de R\$ 37.900,00 (trinta e sete mil e novecentos reais) para os 6 (seis) meses, sendo a maior parte destinada aos educadores e formadores, com pequena parcela voltada para infraestrutura e locomoção. Detalhou que o projeto prevê 9 (nove) oficinas, sendo 8 (oito) nas escolas e 1 (uma) no bosque do Castelo Branco, além de 4 (quatro) palestras temáticas (segurança alimentar, criança e natureza, agroecologia e florestania) e 5 (cinco) atividades artístico-culturais abertas à comunidade. Todas serão realizadas no Ancuri, com estimativa de atender diretamente cerca de 600 (seiscentas) pessoas entre alunos, familiares e profissionais da educação. Encerrando, reforçou a importância dos espaços físicos como territórios de pertencimento. Comentou que Itaitinga vem recebendo um grande fluxo de moradores vindos de Fortaleza, devido ao transbordo urbano, e que é essencial fortalecer entre crianças e famílias recém-chegadas o sentimento de identidade, memória e amor ao lugar. Finalizou afirmando que transformar um território em "lugar" exige afeto, convivência e ações educativas que ajudem a comunidade a reconhecer e valorizar o



espaço onde vive. Explicou que as escolas presentes é 01 (uma) creche e 02 (duas) unidades atendem alunos do Fundamental I e II possuem atualmente cerca de 1.500 (um mil e quinhentos) estudantes. Após a explanação os conselheiros ficaram de analisar o projeto para decidirem sobre sua aprovação ou não na próxima reunião. Encerrando a reunião, Arilo Veras Junior agradeceu novamente a presença de todos e registrou que a pauta havia sido esgotada. Agradeceu de forma especial à arquiteta Isabel Cavalcante e sua equipe da SEINFRA, ao Sr. Karlos kardoza, que atendeu ao convite mesmo não sendo conselheiro, destacando a colaboração constante e eficiente da secretária-adjunta Daniella Falcão. Agradeceu ainda aos conselheiros pelo compromisso e presença contínua nas reuniões. Desejou sucesso ao Instituto Acauã, na pessoa do conselheiro Luciano Bento, inclusive no que se refere ao apoio financeiro. Finalizou agradecendo a todos e desejando boas festas, um Feliz Natal e um próspero Ano-Novo, caso não houvesse novo encontro antes desse período. Não havendo nada mais a debater, assim se encerrou a reunião, na qual eu, Sabina Leila Barros dos Santos, redigi e lavrei a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente e os conselheiros presentes, caso a aprovem, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.


ARILO DOS SANTOS VERAS JÚNIOR
Presidente do CMDS – Itaitinga


SABINA LEILA BARROS DOS SANTOS
Secretária Executiva do CMDS – Itaitinga



ANEXO I

TABELA DE VALORES

5º BIMESTRE - EXERCÍCIO 2025

RECEITA	TOTAL
Rendimentos de Aplicações Financeiras	R\$ 39.470,37
Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	R\$ 1.421.005,10
Multas Administrativas por Danos Ambientais	R\$ 157.549,64
TOTAL DE RECEITAS CORRENTES	R\$ 1.618.025,11
SALDO ANTERIOR	R\$ 167.966,52
TOTAL	R\$ 1.785.991,63

DESPESAS (-)	
Realizadas	R\$ 948.279,37
Correntes	R\$ 3.724,60
Extra Orçamentária	R\$ 74.945,43
Capital	R\$ 869.609,34
DETALHAMENTO DA DESPESA REALIZADAS	
Caixa Econômica Federal	R\$ 3.724,60
M5 Construtora e Serviços	R\$ 638.569,66
JP Serviços e Locações Ltda	R\$ 59.129,84
M K Serviços em Construção e Transporte Ltda	R\$ 171.909,84
INSS	R\$ 47.729,19
ISS	R\$ 22.514,45
IRRF	R\$ 4.701,79
TOTAL	R\$ 948.279,37
Transferência Recebida (+)	R\$ 44.325,63
SALDO FINAL (=)	R\$ 882.037,89

ANEXO II

OBRAS – FMMA

MEDIÇÕES PAGAS – EXERCÍCIO 2025

URBANIZAÇÃO CE 350 – CURVA DO “S”			
CONTRATADO	VALOR PAGO	DESCRIÇÃO	DATA PAGAMENTO
J P Serviços e Locações	R\$ 63.444,04	3ª Medição	11.08.2025
VALOR TOTAL = R\$ 63.444,04			

REFORMA PRAÇA BAIRRO GERERAÚ			
CONTRATADO	VALOR PAGO	DESCRIÇÃO	DATA PAGAMENTO
M K Serviços em Construção	R\$ 94.097,67	8ª Medição	17.02.2025
M K Serviços em Construção	R\$ 51.641,85	9ª Medição	20.05.2025
VALOR TOTAL = R\$ 145.739,52			

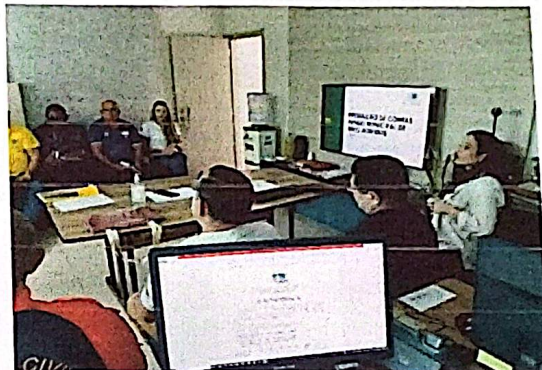
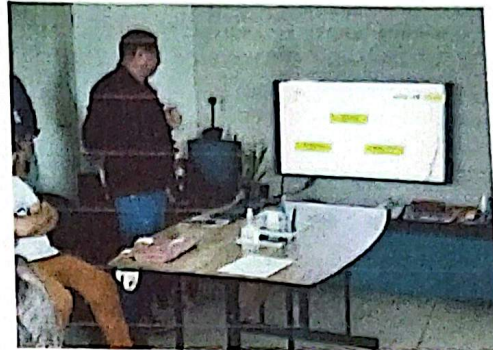
REFORMA DA PRAÇA DO ENTORNO DO POSTO DO PARQUE DOM PEDRO			
CONTRATADO	VALOR PAGO	DESCRIÇÃO	DATA PAGAMENTO
M5 Construção e Serviços Ltda	R\$ 204.957,86	1ª medição	15.01.2025
M5 Construção e Serviços Ltda	R\$ 104.530,60	2ª medição	28.02.2025
M5 Construção e Serviços Ltda	R\$ 45.988,96	3ª medição	02.04.2025
M5 Construção e Serviços Ltda	R\$ 154.097,20	4ª medição	29.04.2025
M5 Construção e Serviços Ltda	R\$ 178.224,90	5ª medição	17.10.2025
VALOR TOTAL = R\$ 687.799,52		SALDO A PAGAR = R\$ 447.737,70	

VALORES PAGOS			
CONTRATADO	OBRA	VALOR PAGO	STATUS
MK Serviços em construções	Reforma da Praça do Bairro Gereraú	R\$ 145.739,52	Concluído
JP Serviços e Locações	Urbanização em trecho as margens da CE-350/Curva do “S”	R\$ 63.444,04	Concluído
M5 Construtora e Serviços	Reforma e Requalificação da Praça no entorno do Posto de Saúde do Bairro Parque Dom Pedro	R\$ 687.799,52	Concluído
VALOR TOTAL = R\$ 896.983,08			

CONTINUAÇÃO DA REUNIÃO DO CMDS REALIZADA EM 02.12.2025

ANEXO III

REGISTRO DO COLEGIADO - DIA 02.12.2025



[Handwritten signatures and initials]